

PERCEPÇÃO E GENERALIDADE EM CHARLES PEIRCE

PERCEPTION AND GENERALITY IN PEIRCE

René Armand Dentz¹

dentz@hotmail.com

Centro de Estudos do Pragmatismo PUC/SP - Faculdade Arquidiocesana de Mariana FAM

Resumo: No sistema filosófico de Peirce, a semiótica não pode estar desvinculada de uma teoria do objeto, ou metafísica da realidade. Isso porque, tal como afirma Peirce, e no que diz respeito ao processo semiótico, é o objeto que gera um signo para um interpretante. Por conseguinte, no plano de uma interpretação sistêmica da filosofia de Peirce, tal como, por exemplo, propugnada por Ibri (1992), a metafísica parece assumir um papel central. Tal suposto papel central desempenhado pela metafísica nos conduz a investigar o estatuto ontológico dos objetos, ou perceptos, inscritos em nosso espaço semiótico, ou fenomenológico, de ação.

Palavras-chave: Percepção. Generalidade. Universais. Abdução. Terceiridade.

Abstract: *In the philosophical system of Peirce, semiotics can not be separated from a theory of objects, or metaphysical reality. This is because, as Peirce says, and with regard to the semiotic process, it is the object that generates a sign and an interpretant. Therefore, in terms of a systemic interpretation of Peirce's philosophy, as the one proposed by Ibri (1992), for example, metaphysics seems to assume a central role. This alleged central role leads us to investigate the ontological status of objects, or percepts, inscribed in our semiotic, or phenomenological, space of action.*

Key-words: Perception. Generality. Universals. Abduction. Thirdness.

Introdução

Na conferência de Harvard “Pragmatism and Abduction” (CP 5.180-212), Peirce mostra a relação da percepção com a abdução. Em uma proposição, o autor afirma que “a inferência abdutiva transforma-se gradativamente no juízo perceptivo sem qualquer linha nítida de demarcação entre eles (...)” (Idem, ibidem 5.181). Dentro das categorias fenomenológicas, encontramos duas diretamente relacionadas à generalidade: a primeiridade e a terceiridade. O que gera novas formas de terceiridade é a liberdade da primeiridade, funcionando como argumento de criação de novas hipóteses explicativas e como fundamento do raciocínio abduutivo. Ele se dá através da terceiridade, que é uma forma de conexão entre três elementos: objeto, representamen e mente. Em outras palavras, o elemento básico dessa racionalidade é o signo. O signo, que é o intermediário entre objeto e mente, constitui a forma sobre o qual a abdução age.

Em 1908 Peirce formula o argumento interno da abdução, afirmando que o raciocínio abduutivo mantém a descrição geral como uma passagem do conseqüente para o antecedente, mas não há o reconhecimento de um tipo de conjectura, que é formulada mesmo antes da hipótese.

¹ Doutorando em Filosofia PUC/SP; Professor da Faculdade Arquidiocesana de Mariana FAM; Membro do Centro de Estudos do Pragmatismo PUC/SP; Editor da Revista de Filosofia “Reflexões” FAM.

Peirce passou os seus últimos anos tentando encontrar uma garantia para o processo de racionalidade. Ele tentou estabelecer uma relação real do particular com o universal, dentro da verdadeira continuidade do universal. Se o conhecimento é possível, há uma realidade geral que garante a compreensão do individual como tendo parte em um caminho não-racional. Há uma realidade metafísica unificadora.

As categorias abrangem todas a realidade, como uma inexaurível fonte de possibilidade criativa que é qualquer coisa que pensamos ser e que em princípios gerais são realmente operáveis. Peirce propõe a abdução para fazer a ligação entre realidade e experiência. A primeira afirma ser algo que pode ser descoberto e do qual podemos obter conhecimento na descoberta.

A melhor maneira de entender a inferência abdutiva pode ser compará-la com a dedução e com a indução em relação aos seus diferentes papéis nos processos de descoberta científica.

Peirce identifica a abdução com o adivinhar, considerando-a como um “poder instintivo” e como um processo que opera sobre a base de outra informação. Podemos distinguir dois modos de obter uma hipótese: a partir do novo ou podemos afirmar que há uma infinita possibilidade de hipóteses.

Se formularmos o problema de obter uma hipótese como o problema de escolher um conjunto de hipóteses possíveis, a identificação peirciana de raciocínio abductivo com “adivinhar” pode ser interpretada dentro de um raciocínio provido da epistemologia de Peirce.

A característica central da epistemologia de Peirce é que toda cognição – desde a percepção até o raciocínio lógico e matemático – está mediado por signos ou “elementos de generalidade”.

A cognição mediada por signos implica que cada conjunto de dados colocados como ponto de partida de uma inferência abductiva nunca se dá em “estado puro”.

Partindo do princípio de que para Peirce “a inferência abductiva vai se desfigurando no juízo perceptivo sem uma linha de demarcação clara entre eles” (CP 5.181), podemos também afirmar que cada abdução diante de “fatos surpreendentes” não é nada mais do que a busca de um modo de percepção desses juízos (CP 6.469).

1. Generalidade e Categorias

Nos termos da fenomenologia peirciana, a generalidade está relacionada à terceiridade, mesmo que haja generalidade também na primeiridade.

Em Ibrí (2002) percebemos a importância da Primeiridade no pensamento peirciano e sua relação com a liberdade:

A liberdade sob a primeira categoria não estará confinada tão somente à solidão do espírito, pois sob aquele duplo aspecto do fenômeno, interior e exterior, é que a Primeiridade se desenhará como a categoria do original, incondicionado, livre. Liberdade é predicado que, sob a homologia categorial da Primeiridade, permeará tanto a Natureza quanto o espírito (IBRI, 2002).

A segundidade, por sua vez, traz em si, como característica constitutiva, um tipo particular de restrição da pura possibilidade. Tal restrição é ontologicamente capaz de

instanciar a alteridade do (e enquanto um dos índices inequívocos da realidade do) percepto. De acordo com Peirce:

Segundidade é o modo de ser daquilo que é tal como é, com respeito a um segundo, mas sem observar qualquer terceiro. [...] Típico de uma idéia de Segundidade é uma idéia de esforço, prescindido da idéia de um propósito. [...] A experiência de esforço não pode existir sem a experiência de resistência. Esforço somente é esforço em virtude de seu ser oposto. [...] Ocorre mais plenamente no choque da reação entre ego e não-ego. Está lá a dupla consciência de esforço e resistência. [...] Toda a característica real da consciência é meramente o sentido de choque do não-ego sobre nós. [...] Nós nos tornamos conscientes de nós mesmos nos tornando conscientes do não-self. O estado de vigília é uma consciência da reação. [...] A idéia de outro, de não, torna-se o pivô do pensamento (CP 8.328).

Finalmente – e eis aí a expressão talvez central do idealismo objetivo de Peirce – a interconexão entre a mera possibilidade e sua restrição é alcançada graças a uma matriz mental de hábitos intrínseca a – e que confere estabilidade ontológica a – virtualmente tudo aquilo que existe no mundo. Para Peirce:

Algumas das idéias de Terceiridade proeminentes [...] são generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento e inteligência. [...] Terceiridade, no sentido da categoria, é o mesmo que mediação. [...] Cognições mediadas que é conhecimento através de alguma terceira idéia ou processo. [...] Sentido de Mediação é consciência de um meio termo ou processo, pelo qual alguma coisa, não-self, é reunido na consciência. Toda consciência de um processo pertence a este sentido de mediação (CP 1.340).

2. Percepção e Generalidade

Podemos agora, no que diz respeito à natureza ontológica da interação mente-mundo/mundo-mente, explorar uma das conseqüências epistemológicas que decorre da concepção da matéria entendida em termos de hábitos fortemente consolidados: a regularidade ontológica, que é expressão da terceiridade, faz parte da própria estrutura sensível dos perceptos, não sendo, pois, estabelecida pelo aparato sensorial do percebedor; e este é um ponto central: a semiótica interação mente-mundo – manifestação da ação do signo – envolve e pressupõe uma metafísica do objeto (ou do ente alter). Como aponta Ibri (1992, p. 32): “Centrar no intelecto o poder de organizar os individuais é destituí-los, enquanto fenômeno, de seu traço experiencial básico – a alteridade”. Convém lembrar que, semioticamente falando, é o objeto que determina um (ou inscreve sua generalidade sensível no) signo para uma mente interpretadora: “o mero poder ser do fenômeno mediativo tem seu fundamento lógico no dever ser da generalidade real” (IBRI, 1992, p. 32).

O “Musement” encontra lugar entre a observação atenta e o diálogo entre o “eu” e o “mundo”. Absorvendo impressões e observações nos três universos, podemos atingir a mais profunda percepção da natureza. Essa percepção não é mística ou sentimental. Ela se dá através da terceiridade, que é uma forma de conexão entre três elementos: objeto, representamen e mente. Em outras palavras, o elemento básico dessa racionalidade é o signo.

3. Semiose e Generalidade

O signo, que é o intermediário entre objeto e mente, constitui o conteúdo sobre o qual a abdução age. Em 1908 Peirce formula o argumento interno da abdução, afirmando que o

raciocínio abdutivo mantém a descrição geral como uma passagem do conseqüente para o antecedente, mas não há o reconhecimento de um tipo de conjectura, que é formulada mesmo antes da hipótese.

Entendemos que o signo – e considerando que a semiose prescreve que um objeto gera um signo para um interpretante – constitui uma espécie de matriz mental de terceiridade, mas é importante destacar que tal matriz está, de alguma forma, inscrita no próprio objeto alter, gerador do signo; é também por isso, ao que parece, que o signo guardará uma correspondência com o seu objeto. De acordo com Peirce:

A esta coisa que é a causa de um signo, o objeto (na língua ordinária lhe é chamado, “o objeto real”, mas, mais exatamente, o objeto existente) representado pelo signo: é certo que o signo terá alguma espécie de correspondência com esse objeto (CP 5.473).

A “realidade dos signos” tem por condição ontológica de possibilidade a determinação, ou estruturação sensível, conferida pela matriz disposicional de hábitos cristalizados que o objeto ontológica e epistemologicamente lhes impõe (impõe aos signos). A realidade se configura como “aquela cujas características são independentes do qualquer um possa pensar sobre ela” [CP 1.878, 5.404 e Cf. 1877, 5.384; 1904, 5.430]. Tal como sugere Ibri (1992, p. 30), a concepção peirciana de realidade está, por assim dizer, baseada em dois pilares centrais: a alteridade (no sentido de insistência do não-Eu contra a consciência, expressão da segundidade) e a generalidade (expressão da matriz de hábitos, ou terceiridade, que torna ontologicamente possível a estruturação sensível dos objetos externos). Não parece ser, no que diz respeito à presença ontológica de elementos gerais inscritos na realidade, outra coisa o que Ibri (1992, p. 30) pretende significar por: “[...] a generalidade exterior parece ser o fundamento da generalidade do pensamento como representação mediadora”. Façamos, ainda, uma leitura de outras passagens, nas quais Peirce sugere uma concepção mais ampla da noção de realidade. Nas conferências de Harvard, em 1903, Peirce parece distinguir o que pode ser caracterizado como duas “formas de ser” da realidade:

- (a) A forma de ser que é realmente [Cf. PC 1903, 5.96]: o objeto físico que é parte da experiência e que afeta os sentidos. De fato, Peirce faz referência a esta forma de ser nos termos de objetos da reação. Os objetos da reação são objetos determinados porque a nossa interação com eles exemplifica uma oposição nos atos perceptuais. Quando se observa que o objeto da percepção não pode ser modificado somente com o pensamento, o objeto é um objeto de reação, um objeto que “prevaleça” como fato bruto à experiência. Uma vez que os objetos da reação propagam os efeitos correlatos das próprias características do seu ser, na opinião de Peirce, *ipso facto* do real, não há nenhuma razão para duvidar que sejam ontologicamente reais.
- (b) Dada esta caracterização da realidade com relação aos objetos físicos da reação (ou aos objetos), denominamos este tipo de realidade “realidade-mundo”.

A semiose consiste na ação cooperativa entre objeto, signo e interpretante, todos fazendo parte do processo semiótico. Especial ênfase será dada aqui à relação que se estabelece entre o signo e seu objeto. Entendemos que a superação da questão levantada passa pela aceitação ontológica da existência de processos auto-gerativos em todo o espectro natural, processos esses caracterizados por Peirce como processos semióticos: habitamos um espaço semiótico. Segundo Peirce:

Um signo, ou representamen, é uma coisa que seja em vez de uma outra para alguém, em algum sentido ou capacidade. Um vai a alguém, isto é, imprime na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez mais elaborado. [...] O signo é em vez de algo, seu objeto. Está em seu lugar não em todos os

sentidos, mas com relação a um tipo de idéia, que eu tenho chamado às vezes a base do representamen (CP 2.228).

Conseqüentemente, o *Representamen*, o signo como objeto, elemento individual, com suas qualidades materiais, ou com suas propriedades intrínsecas, aquelas que têm por si, com exceção das relações em que participa, e entre estes, as relações em virtude das quais é signo, é em vez de uma outra coisa. Neste plano do ontológico, para Peirce, os elementos podem ser individuais, propriedades (ou qualidades), universal, eventos, processos, estado de coisas...

4. Realidade e Universais

Peirce passou os seus últimos anos tentando encontrar uma garantia para o processo de racionalidade. Ele tentou estabelecer uma relação real do particular com o universal, dentro da verdadeira continuidade do universal.

Se o conhecimento é possível, há uma realidade geral que garante a compreensão do individual como tendo parte em um caminho não-racional. Há uma realidade metafísica unificadora. Essa concepção aparece como fundamento de algumas ideias:

- 1 – A realidade é um continuum, que é inexaurível e possibilidade criativa;
- 2 – A incorporação da visão realista escolástica que princípios gerais são operáveis na natureza;
- 3 – A realidade é como é, independente do desejo de alguém.

É relevante para um entendimento correto de continuidade o fato de que ela não pode ser pensada como um conceito matemático. Com isso, devemos entender o conceito peirciano em questão como uma possibilidade criativa. O continuum, de acordo com Peirce, é concreto, possibilidade desenvolvida. O universo inteiro é impregnado de reais possibilidades que constituem esse continuum, sobre o qual otimizamos nossa cognição.

A Faneroscopia, que é sinônimo de Fenomenologia do pensamento peirciano considera como fenômeno tudo o que aparece na consciência sem distinção entre o imaginário e o real. Para interpretar o fenômeno é preciso obter a capacidade de generalização do matemático. Essa generalização não é propriamente a utilizada na construção de um juízo. Peirce afirma que “a Fenomenologia deveria antes ser definida como o estudo do que parece ser preferencialmente ao estatuto daquilo que aparece” (CP 2.197).

A abdução é justamente o modo de argumento que propõe hipóteses, ou seja, que constrói juízos conjecturais, devendo ser o suporte formal das proposições da Fenomenologia.

A relação de dependência entre Lógica e Fenomenologia se constrói a partir da primeira. A Fenomenologia permanece na função de compreender o que significa o caráter conjectural desta ciência se ela não é caracterizada pela natureza conjectural da abdução.

A condição de possibilidade da descoberta de novas propriedades matemáticas é a supressão do tempo na consciência perceptiva.

5. Abdução, Percepção e Generalidade

Peirce afirma que a Fenomenologia é uma ciência que fundamenta três modos de ser dos fenômenos e da consciência, anunciando que os modos do aparecer na sua exterioridade são categorialmente os mesmos dos modos de aparecer interior (Misak: 1991).

No intuito de entender no que a percepção da generalidade consiste, quatro elementos devem ser considerados:

- a) A realidade envolve alguma generalidade e vagueza.
- b) Enquanto ser, em seu sentido ordinário, a generalidade é melhor entendida como continuidade.
- c) A percepção da generalidade é uma percepção menos de elementos gerais do que classificação geral ou formas.
- d) Deve não ser um todo geral, levando em consideração o singular.

Fica claro que reação é existência e que o juízo perceptivo é o produto cognitivo de uma reação (EP 2: 210). Contudo, singularidade não deve ser colocada como totalmente oposta à generalidade, desde que o ser do singular consista no ser de outros singulares que são suas partes (EP 2: 208).

A noção de que todos esses singulares reagentes estão em relação de identidade pessoal com um outro e que suas singularidades separadas consistem na conexão com um singular, a coleção de todos eles, já é uma noção de terceiridade abduktivamente conectada (EP 2: 222).

A generalidade deve ser entendida como continuidade, definida como predicativo em essência, como mediação ou representação. Dizer que os juízos perceptivos contém elementos gerais pode apenas querer dizer que é possível mostrar que proposições universais são dedutíveis deles em alguns elementos nos quais a lógica de relações mostra que proposições particulares geralmente permitem proposições universais para ser necessariamente inferenciadas por elas (EP 2: 227).

A abdução sugere sob a forma do ver não mais do que um caráter geral ou característica como um pensamento generalizante (CP 6.146). Aquele que raciocina tem o pensamento que a conclusão inferenciada é verdadeira porque em um caso análogo uma análoga conclusão poderia ser verdadeira (CP 5.130), que tem a aparência de uma regra geral.

O juízo perceptivo é resultado de um processo, embora um processo não suficientemente consciente por ser controlado (EP 2: 211). A generalidade aparece, por um lado, como um flash ou um ato de insight, mesmo que um insight extremamente falível (EP 2: 227).

Para Aristóteles, a realidade é organizada em si mesma, permitindo que tenhamos um conhecimento sensorial estruturado dos perceptos. Aqui podemos encontrar um ponto de ligação entre a metafísica aristotélica e a metafísica peirciana. Para Peirce, os perceptos não são incognoscíveis e, assim, podemos percebê-los enquanto tais. O percepto existe em si mesmo independentemente da existência de um percebedor e manifesta um contínuo poder para produzir interpretantes por meio de um signo. Peirce afirma (CP 3.339) que um signo corresponde a um veículo que transporta um percepto para o interior de uma mente. No fragmento “signo como forma”, Peirce afirma que “o signo pode ser definido como um meio para comunicação de uma forma”. Esta definição está em congruência com a concepção aristotélica de percepção entendida como captação imaterial de formas sensíveis.

O efeito causado – em uma mente – por um signo corresponde ao interpretante, que é, por sua vez, determinado por um percepto (objeto). Concluímos (e eis aí o pressuposto talvez central daquilo que Peirce caracterizou como ação do signo, ou semiose) que um percepto produz um signo para um interpretante. Peirce classifica os interpretantes em (1) emocional (a qualidade de sentimento produzida por um signo), (2) energético (ações ou reações que

requerem algum tipo de esforço para se fundarem) e (3) lógico (relacionado ao significado intelectual dos objetos).

Podemos afirmar que a terceiridade permite a percepção, ou seja, ela está associada à generalidade e à continuidade. A percepção da continuidade é uma percepção direta, anterior ao pensamento lógico. A continuidade é dada anteriormente à intervenção do pensamento simbólico. A sucessão está ligada à ordem, podendo ser ordem contínua e também aparece diretamente no tempo. Percepciono diretamente a sucessão contínua, o tempo ordenado.

6. Percepção e Continuidade

Chegamos ao ponto crucial: a continuidade é dada diretamente na percepção.

Primordialmente podemos afirmar que a terceiridade é percebida. Além disso, que está associada à generalidade e à continuidade. Ou seja, podemos afirmar que a generalidade é dada na percepção (CP 5.149). A percepção da continuidade é uma percepção direta, isto é, anterior ao pensamento lógico e crítico. A continuidade é dada anteriormente à intervenção do pensamento simbólico.

A partir da afirmação da lei natural, chegamos à hipótese da evolução, a hipótese segundo a qual as leis naturais sofreram um processo evolutivo. O raciocínio abduutivo deve, então, permitir previsões empiricamente verificáveis. O princípio da evolução é um princípio regulador que visa eliminar os inexplicáveis. Ao mesmo tempo, ele deve relacionar-se com esse processo generalizador que é a abdução. Esse princípio obriga a explicar as diversas leis a partir de uma única lei: uma lei subjacente à totalidade das leis conhecidas (CP 6.101). A partir desse princípio podemos afirmar a síntese da totalidade do diverso.

Para Peirce, a generalidade e a continuidade estão associadas. A continuidade é o agente fundamental da evolução cosmológica. Contudo, é igualmente o princípio da inteligibilidade universal. A Abdução é o único tipo de raciocínio que introduz idéias novas (C.P. 2.96). Trata-se de uma atividade da imaginação que descobre o geral a partir do particular.

Referências

IBRI, I.A. "The Heuristic Exclusivity of Abduction in Peirce's Philosophy". In: *Semiotics and Philosophy in C. S. Peirce*. Rossella Fabbrichesi Leo and Susanna Marietti (eds.). Cambridge: Cambridge Scholars Press, 2006.

_____. *Kosmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva/ Hólon, 1992.

MISAK, Cheryl. *Truth and the End of Inquiry: a Peircean account of truth*. New York: Oxford University Press, 1991.

PEIRCE, C.S. *Collected Papers*. 6 vol. Hartshorne, C; Weiss, P. (org.). Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1965.

_____. *Writings of Charles S. Peirce: a chronological edition*. Vols. 1 e 2. Fish, M. (ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1982.